



A Especial Origem da
Instituição da Igreja Evangélica

— John Owen —

A ESPECIAL ORIGEM DA INSTITUIÇÃO DA IGREJA EVANGÉLICA

John Owen

Traduzido do original em Inglês
*Inquiry into the Original, Nature, Institution, Power, Order,
and Communion of Evangelical Churches*
By John Owen

A presente tradução consiste somente no Capítulo II, da obra supracitada.
The especial original of the evangelical church-state

Via: CCEL.org
(Christian Classics Ethereal Library)

Tradução por Camila Almeida
Revisão e Capa por William Teixeira

1ª Edição: Janeiro de 2015

Salvo indicação em contrário, as citações bíblicas usadas nesta tradução são da versão Almeida Corrigida Fiel | ACF • Copyright © 1994, 1995, 2007, 2011 Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

Traduzido e publicado em Português pelo website oEstandarteDeCristo.com, com a devida permissão de Christian Classics Ethereal Library, sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International Public License.

Você está autorizado e incentivado a reproduzir e/ou distribuir este material em qualquer formato, desde que informe o autor, as fontes originais e o tradutor, e que também não altere o seu conteúdo nem o utilize para quaisquer fins comerciais.

A Especial Origem da Instituição da Igreja Evangélica

Por John Owen

Nosso principal interesse no momento é a instituição da igreja evangélica, ou o estabelecimento das igrejas sob o Novo Testamento; pois isso é sobre o que há muitas disputas, grandes e vorazes, entre os Cristãos, e estes participaram com perniciosas consequências e efeitos. Qual é a origem, qual é a natureza, qual é o uso e poder, qual é a finalidade das igrejas, ou de qualquer igreja, qual é o dever dos homens na mesma e para com ela, estes são temas de várias disputas, e a principal ocasião de todas as distrações que há no dia de hoje no mundo Cristão. Pois, a maior parte dos que julgam-se obrigados a ordenar e zelar por essas coisas têm entrelaçado seus próprios interesses seculares e vantagens próprias em tal instituição de igreja, enquanto é apropriado e adequado para preservá-los e promovê-los, supondo *πορισμὸν εἶναι τὴν εὐσέβειαν*, ou que a religião seja transformada em um comércio para obter vantagem exterior, eles procuram abertamente a destruição de todos aqueles que não consentem com essa forma e ordem de igreja em que eles têm formado para si mesmos.

Além disso, a partir de várias concepções dos homens e de práticas adequadas sobre esta condição de igreja, vantagem e ocasião são tomadas para acusar uns aos outros de provocar cisma, e todos os tipos de males que supostamente ocorrem na mesma. Portanto, embora eu projete toda brevidade possível, e apenas para declarar esses princípios da verdade em que podemos repousar em segurança a nossa fé e prática, evitando tanto quanto está em meu poder, e o assunto permitir, lidar com essas coisas em forma de controvérsia com os outros, porém, um pouco mais do que a diligência normal é necessária para a verdadeira afirmação deste importante interesse de nossa religião. E o que devemos primeiro investigar é a especial origem e constituição autorizada desta instituição de igreja. Portanto,

1. A instituição da igreja do Novo Testamento não se relaciona menos a, ou recebe força da natureza, e luz ou lei da mesma, do que qualquer outra condição de Igreja que seja. Aqui, quanto à sua natureza geral, o seu fundamento é colocado. Estas diretrizes podem até receber novos reforços pela revelação, mas não pode ser modificada, ou alterada, ou suprimida. Portanto, não há necessidade de qualquer nova instituição expressa além daquela que é exigida por essa luz e lei em todas as igrejas e sociedades para a adoração a Deus, mas apenas uma aplicação disso em ocasiões presentes e ao presente estado da igreja, que tem sido variado.

E é apenas a partir de um espírito de discórdia que alguns chamam a nós ou a outros para produzirmos testemunho expresso ou instituição para cada circunstância na prática dos

deveres religiosos na igreja, e em uma suposta falha nisso, concluem que eles mesmos têm poder para instituir e ordenar tais cerimônias como eles acham adequado, sob uma pretensão de suas circunstâncias de culto; pois, como a diretiva luz da natureza é suficiente para nos guiar nessas coisas, então a obrigação da igreja a isso faz todas as adições indicadas serem inúteis; como em outras consideração, as adições são nocivas.

Coisas tais como: os tempos e os períodos de assembleias da igreja; a ordem e decência em que todas as coisas devem ser feitas; a delimitação delas como o número dos seus membros e locais de habitação, de modo a atender às finalidades da sua instituição; a multiplicação de igrejas, quando o número de crentes ultrapassa a proporção capaz de edificação em tais sociedades; quais vantagens especiais devem ser usadas na ordem e culto da igreja, quais devem ser os métodos na pregação, traduções e melodias de salmos cantados, continuação em deveres públicos, e assim por diante. As coisas em si que sendo Divinamente instituídas, são capazes de tais orientações gerais em e pela luz da natureza como possíveis, com comum prudência Cristã, sejam em todas as ocasiões aplicadas ao uso e prática da igreja. Abandonar essas diretrizes e, em vez delas, inventar maneiras, modos, formas e cerimônias por nossa própria conta, cujas coisas em que são aplicadas e utilizadas em formas não convocadas, requeridas, ou reconhecidas (como é com todas as estabelecidas cerimônias humanamente inventadas), e isso, por leis e cânones, para determinar a precisa observação delas, em todos os tempos e épocas, para serem uma e a mesma, o que é contrário à própria natureza das circunstâncias de tais atos e deveres enquanto eles as aplicam — a sua utilização, nesse meio tempo, para a finalidade geral de edificação, sendo tão indemonstrável quanto a sua necessidade aos deveres a que eles estão também vinculados — é aquilo que não tem garantia de autoridade Divina ou prudência Cristã.

Esta questão do estabelecimento da igreja evangélica à luz da natureza, o apóstolo demonstra, em seus frequentes apelos a isso, quanto às coisas que pertencem à ordem da igreja, 1 Coríntios 7:29, 33, 37; 9:7; 11:14-16; 14:8-11, 32, 33, 40; e similares são feitas em diversos outros lugares. E as razões disso são evidentes.

2. Entretanto tal é a especial natureza e condição do estado de igreja evangélica; tal é a relação com a pessoa e mediação de Jesus Cristo, com todas as coisas que disso dependem; tal é a natureza desta especial honra e glória que Deus designou para Si mesmo nisso (coisas sobre o que a luz da natureza não pode dar nenhuma orientação nem direção); e, além disso, tão diferente e distante de tudo o que foi ordenado antes em qualquer outra instituição de igreja são as formas, meios e deveres do culto Divino prescritos na mesma

— estes devem ter uma instituição Divina peculiar deles mesmos, para evidenciar que isto provém do Céu, e não dos homens.

A instituição atual da igreja sob o Novo Testamento o apóstolo chama de τελείωσις, em Hebreus 7:11 — sua perfeição, sua consumação, este estado perfeito a que Deus a designou neste mundo. E ele nega que ela poderia ter sido levada a esse estado por meio da Lei, ou por qualquer uma das instituições Divinas que pertenciam à mesma, capítulos 7:19; 9:9; 10:1. E nós não precisamos ir mais longe, não precisamos de nenhum outro argumento para provar que o estabelecimento da igreja evangélica, quanto à sua natureza especial, está fundamentado em uma instituição Divina peculiar; pois ela tem um τελείωσις, um perfeito estado consumado, o que a Lei não poderia trazer a ela, embora em si, suas ordenanças de culto, suas regras e políticas, eram todas de instituição Divina. E nisto consiste a sua excelência e primazia acima do estado da igreja durante a Lei, como o apóstolo prova amplamente. Supor que isso tenha sido dado a ela de alguma outra maneira, senão por autoridade Divina em sua instituição, é fazer avançar a sabedoria e autoridade dos homens acima das de Deus, e tornar a instituição da igreja evangélica em uma máquina a ser movida para cima e para baixo à vontade, a ser novamente moldada ou forjada de acordo com as ocasiões, ou ser movida por qualquer interesse, como as asas de um moinho o são ao vento.

Toda a dignidade, a honra e a perfeição do estado da igreja sob o Antigo Testamento dependiam apenas disso, que eram, em todos e de todos os elementos dela, de instituição Divina. Por isso, era “gloriosa”, ou seja, mui excelente, como o apóstolo declara em 2 Coríntios 3. E se a instituição da igreja do Novo Testamento não tem a mesma origem, esta deve ser estimada como tendo uma maior glória dada a ela pela mão dos homens do que a outra tinha, na medida em que foi instituída pelo próprio Deus; pois ela tem uma maior glória, como testifica o apóstolo. Nem qualquer homem pode, nem ousa qualquer homem vivo, dar qualquer instância em particular, em que não haja o menor defeito em seu ser, constituição, regra e governo do estado da igreja (pois, a igreja carece de instituição Divina), de modo que deve ser necessário fazer um suprimento dos mesmos pela sabedoria e autoridade dos homens. Mas essas coisas serão mais plenamente faladas, depois de termos declarado quem é que Divinamente instituiu esta condição de igreja.

3. O nome da igreja sob o Novo Testamento torna possível uma aplicação tríplice, ou seja, é tomada em uma noção tripla; como, (1) Para a igreja católica invisível, ou comunidade de fiéis eleitos em todo o mundo, realmente ligados pela fé nEle, no Senhor Jesus Cristo como sua Cabeça mística; (2) Para todo o número de professos visíveis em todo o mundo, que, pelo batismo e a profissão exterior do evangelho e obediência a Cristo, se distinguem do

restante do mundo; e, (3) Para uma instituição em que o culto a Deus deve ser celebrado na forma e maneira que Ele ordenou, e que deve ser governada pelo poder que Ele lhe concede, e de acordo com a disciplina que Ele ordenou.

Sobre a natureza da igreja sob estas noções distintas, com nossa relação a uma ou a todas elas, e os deveres exigidos de nós mesmos, tratei totalmente no meu discurso sobre Amor Evangélico, Paz e Unidade da Igreja; e para lá devo remeter o leitor. É apenas a origem da igreja no último sentido que nós agora investigamos, e eu digo,

4. A origem desta instituição de igreja é direta, imediata e somente a partir de Jesus Cristo; somente Ele é o autor, planejador e instituidor da mesma. Quando eu digo que é imediata e somente a partir dEle, não tenho a intenção de dizer que isto que foi em e por Sua própria pessoa, ou em Seu ministério pessoal aqui na terra, que Ele absoluta e completamente consumou este estado, mas exclusivamente me refiro ao ministério de quaisquer outros que Lhe aprouve fazer uso; pois, enquanto Ele tomou sobre Si como Sua própria obra, edificar Sua igreja, tendo a Si mesmo como o fundamento da mesma, assim, Ele empregou Seus apóstolos para atuarem sob Ele e com Ele, no prosseguimento desta obra até a perfeição. Mas o que foi feito pelos apóstolos considera-se ter sido feito por Ele mesmo, somente. Pois,

(1) Foi imediatamente a partir dEle que eles receberam revelações que diziam respeito a este estado de igreja, e o que deveria ser estabelecido nela. Eles nunca, nem em conjunto nem isoladamente alguma vez se esforçaram, em sua própria sabedoria, ou a partir de sua própria invenção, ou por sua própria autoridade, adicionaram algo à instituição da igreja, como de uso perpétuo, e que pertence a ela, como tal, ou menos ou mais, qualquer coisa maior ou menor que fosse. É verdade que eles deram os seus conselhos em casos diversos de emergências presentes, em e sobre assuntos da igreja; que deram diretrizes para a devida e ordenada prática do que fora revelado a eles, e exerceram autoridade quanto à ordenação de oficiais, e rejeição de pecadores obstinados da comunidade de todas as igrejas. Todavia inventar, planejar, instituir, ou nomear qualquer coisa na igreja e em sua instituição, a qual eles não haviam recebido por revelação imediata de Cristo, eles nunca fizeram nem tentaram. E a esta regra de procedimento, eles estavam precisamente obrigados a partir das palavras expressas de Sua comissão (Mateus 28:19-20). Isso, eu digo, é tão claramente incluído no conteúdo do Seu comissionamento, e assim evidente a partir de tudo o que é Divinamente registrado sobre a prática deles, que não admitirá nenhuma contradição sóbria. Em relação ao que os outros pensam ser adequado fazer dessa forma, nós não estamos preocupados.

(2) A autoridade pela qual os apóstolos agiram na instituição da igreja, em sua ordenação, sobre o qual as consciências de todos os crentes eram obrigadas a submeterem-se, e cumpri-la com efeito de obediência, era a autoridade do próprio Cristo, agindo neles e por meio deles (2 Coríntios 1:24; 4:5). Eles, em todos os lugares, não assumem nenhum tal poder e autoridade em si mesmos. Eles confessaram ser apenas despenseiros e ministros; não senhores da fé ou obediência da igreja, mas cooperadores de seu júbilo; sim, servos de todas as igrejas por amor de Cristo. E nisso segue-se o que é registrado sobre a sua prática, sua instituição, em sua ordenação, ou disposição de qualquer coisa na igreja, que deveria ser uma continuidade permanente, tendo nela o duradouro poder da autoridade do próprio Cristo. [...].

O que os apóstolos fizeram, indicaram e ordenaram na igreja para a sua observação constante, eles fizeram isso por revelação imediata de Cristo, e em Seu nome e autoridade, de modo que, em distinção, portanto, como governadores da igreja, o que eles fizeram ou encomendaram, o fizeram somente por uma devida aplicação às ocasiões presentes do que eles haviam recebido por revelação. Mas como eles eram apóstolos, Cristo enviou-lhes, como o Seu Pai O enviou; e Ele foi tão enviado do Pai, de forma que “permanecerá, e apascentará ao povo na força do Senhor, na excelência do nome do Senhor seu Deus” (Miquéias 5:4). Assim eles alimentaram as ovelhas de Cristo em Sua força, e na autoridade ou majestade de Seu nome.

5. Cristo, portanto, por Si só é o autor da instituição da igreja evangélica. E porque este é o único fundamento de nossa fé e obediência, como a tudo o que nós devemos crer, fazer e praticar, pela virtude dessa instituição de igreja, ou em sua ordem, a Escritura não apenas claramente a estabelece, mas também declara os fundamentos dela, por que ela deve ser assim, e a partir do que ela assim é, como também em que o Seu agir nela consiste.

Três coisas, entre outras, são eminentemente necessárias quanto Àquele que constitui esta instituição de igreja, com tudo o que pertence a ela; e como a Escritura eminente e expressamente atribui todas elas a Cristo, assim nenhum homem, nem todos os homens do mundo, pode ter qualquer participação nelas como a fazê-los adequar esta obra, ou qualquer parte dela:

(1) A primeira delas é o direito e o título. Aquele que instituiu este estabelecimento da igreja deve ter um direito e título para dispor de todos os homens, em todas os seus interesses espirituais e eternos, como bem Lhe parecer; pois a esta instituição de igreja, ou seja, como ela é puramente evangélica, nenhum homem é obrigado pela lei da natureza, nem qualquer criatura pode dispor dela em uma condição sobre a qual todos os seus interesses, espiri-

tuais e eternos, dependerão. Este direito e título para a disposição soberana dos homens, ou de Sua igreja, pertence somente a Cristo, e isso sobre consideração tríplice: [1] Sobre a doação do Pai: Ele O constituiu “herdeiro de tudo” (Hebreus 1:2-3). Ele Lhe deu “poder sobre toda a carne” (João 17:2). Especialmente Ele Lhe deu e colocou em Sua absoluta disposição todos aqueles que devem ser a Sua igreja (v. 6). [2] Pela virtude da aquisição: Ele, pelo preço de Seu preciosíssimo sangue, os comprou em Seu próprio poder e disposição: “A igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue” (Atos 20:28), o apóstolo faz disto o fundamento deste cuidado que deve ser tido por ela. E isso é invocado como razão suficiente para que nós estejamos totalmente à Sua disposição, e estejamos livres de qualquer imposição de homens nas coisas espirituais: “Fostes comprados por bom preço; não vos façais servos dos homens” (1 Coríntios 7:23). A aquisição desse direito e título foi um grandioso propósito dos principais atos de mediação de Cristo: “Porque foi para isto” e etc. (Romanos 14:9-10). [3] Sobre a conquista: pois, todos aqueles que foram, assim, dispostos por Ele, estavam tanto sob o poder de seus inimigos, quanto eles mesmos eram inimigos dEle em suas mentes. Ele não poderia, portanto, ter o direito soberano à sua disposição, senão por uma conquista dupla; a saber, primeiro de seus inimigos, pelo Seu poder; e depois deles mesmos por Sua palavra, pelo Seu Espírito e por Sua graça. E esta dupla conquista Sua está plenamente descrita nas Escrituras.

Considerando, pois, que há uma disposição das pessoas que pertencem a esta instituição de igreja, como as suas almas, consciências, e todos os interesses eternos delas, por uma obrigação moral indispensável para o cumprimento conjunto, até que os homens possam mostrar que eles têm esse direito e título sobre os outros, e isto, ou pela concessão especial e doação de Deus, o Pai, ou por uma compra que fizeram deles para si mesmos, ou conquista, eles não devem ser considerados como tendo qualquer direito ou título de instituir qualquer coisa que pertence à instituição da igreja. E é em vão intencionar (como veremos posteriormente) que Cristo, de fato, ordenou esta instituição de igreja em geral, mas que Ele não determinou nenhuma forma particular de igrejas ou o Seu domínio, mas deixou isso à discricção e autoridade de homens, como eles achassem adequado, que eles têm poder exterior por sua garantia. Mas, se por estas nomeações e enquadramentos das igrejas com a sua ordem particular, os homens são dispostos, quanto aos seus interesses espirituais, além da obrigação da luz da natureza ou da lei moral, devemos ainda investigar quem lhes deu esse direito e o título de fazer esta disposição deles.

(2) Autoridade. Como direito e título consideram as pessoas dos homens a serem reduzidas a uma nova forma de governo, assim a autoridade diz respeito às regras, leis, ordens e estatutos a serem realizados, prescritos e estabelecidos, pelo que os privilégios desta nova sociedade são transmitidos, e os deveres dela ordenados, a todos os que são levados a ela. Autoridades terrenas, que desejam dispor os homens em um estado e governo absolu-

tamente novos para eles, como para com todos os seus interesses temporais da vida, liberdade, heranças e bens, de modo que eles devem manter todos eles na dependência e conformidade das regras e leis de seu novo governo e reino, devem ter essas duas coisas, a saber: o direito e o título às pessoas dos homens, o que eles devem obter pela conquista, ou uma renúncia absoluta de todos os seus interesses e preocupações à sua disposição; e autoridade, nisso para constituir que ordem, que tipo de estado, regra e governo lhes agrada. Sem isso eles descobrirão rapidamente que seus esforços e empreendimentos serão frustrados. A instituição da igreja evangélica, em sua natureza e em todas as suas leis e constituição, é absolutamente nova, e neste, eles, aos olhos do mundo inteiro são naturalmente estrangeiros e estranhos. Como eles não têm direito a isso, quanto aos seus privilégios, assim eles não têm a obrigação quanto a ele, uma vez que isso prescreve deveres; portanto, há necessidade de ambos: direito, quanto às pessoas dos homens; e autoridade, quanto às leis e constituição da igreja, quanto à concepção dela. E até que os homens possam alegar estas coisas, tanto o direito e autoridade no que diz respeito a todos os interesses espirituais e eternos das almas dos outros, eles podem bem considerar como é perigoso invadir o direito e a herança de Cristo, e deixar de buscar por uma aquisição de poder na concepção ou formação de igrejas evangélicas, ou fazer leis para sua regra e governo.

Esta autoridade não é apenas atribuída a Jesus Cristo na Escritura, mas está vinculada a Ele, de modo que nenhum outro pode ter qualquer participação na mesma (veja Mateus 23:18; Apocalipse 3:7; Isaías 9:6-7). Pela virtude disso, Ele é o único “legislador” da igreja (Tiago 4:12; Isaías 23:22). Há, de fato, alguma derivação de poder e autoridade dEle para outros, mas esta não se estende além, salvo apenas que eles devem dirigir, ensinar e comandar aqueles à quem Ele os enviou, para que façam e observem o que Ele mandou (Mateus 28:20). “Ele edificou a Sua própria casa”, e Ele é “sobre a Sua própria casa” (Hebreus 3:3-6). Ele tanto constitui o seu estado quanto dá leis para o seu governo.

A desordem, a confusão, e a derrocada do reino de Cristo, que se seguiu após a usurpação dos homens, tomando sobre si um poder legislativo em e sobre a igreja, não podem ser facilmente declarados; pois, acima de uma ligeira pretensão, que de nenhuma forma é adequada ou benéfica aos seus fins — sobre os conselhos dados e determinação feita pelos apóstolos com os presbíteros e irmãos da igreja de Jerusalém, em uma constituição temporária sobre o uso da liberdade Cristã — os bispos dos séculos IV e V tomaram sobre si o poder de fazer leis, cânones e constituições para a ordenação do governo e do estado da igreja, trazendo muitas novas instituições sobre a pretensão da mesma autoridade. Nem os outros que os seguiram deixaram de construir sobre o seu alicerce de areia, até que toda a estrutura da instituição da igreja foi alterada, uma nova lei feita para seu governo, e um novo Cristo — ou melhor, anticristo — assumiu a cabeça de seu governo por meio dessas

leis; por toda essa pretensa autoridade de fazer leis e constituições para o governo da igreja, emitidos dessa fossa de abominações que eles chamam de direito canônico.

Que qualquer homem, apenas de um entendimento tolerável, e liberto de preconceitos enfiados, simplesmente leia a representação que é feita do estado de igreja evangélica, sua ordem, regra e governo, na Escritura, de um lado, e a representação é feita por outro lado, de uma instituição da igreja, sua ordem, regra e governo, no direito canônico — o único efeito de homens assumindo para si o poder legislativo em relação à igreja de Cristo — se Ele não os pronuncia como sendo contrários um ao outro como a luz o é das trevas, e que pelo último, o primeiro é totalmente destruído e abolido [...].

Essa autoridade foi usurpada pela primeira vez por sínodos ou concílios de bispos. Por meio disso eles deveriam a qualquer momento declarar e dar testemunho a qualquer artigo da fé que nos seus dias havia sido contestado por hereges, não inquirirei sobre isto agora; todavia como para o exercício da autoridade reivindicada por eles para fazer leis e cânones para a regra e governo da igreja, deve ser lamentado que haveria tal monumento deixado de sua fraqueza, ambição, interesse próprio e loucura, como está no que resta das suas Constituições. Todo o seu esforço desse tipo foi no máximo apenas construção de madeira, feno e palha sobre o fundamento, em cuja destruição, eles sofrerão perdas, embora eles salvem a si mesmos.

Mas, ao elaborar leis para ordenar toda a igreja — em e sobre coisas inúteis e triviais, de forma alguma pertencente à religião ensinada a nós por Jesus Cristo; em e para a criação ou aumento de seu próprio poder, jurisdição, autoridade e regra, com a extensão e limites dos seus vários domínios; e para a constituição de novas formas e estados de igrejas, e novas formas de governo delas; na nomeação de novos modos, ritos e cerimônias do culto divino; com as confusões que seguem a isso, em mútuas animosidades, contendas, divisões, cismas e anátemas e horríveis escândalos como estes na Religião Cristã — eles não cessaram até destruírem toda a ordem, regra e governo da Igreja de Cristo, sim, a própria natureza da mesma, e introduziram em seu lugar um estado de igreja e governo carnais, mundanos, adequados aos interesses de prelados avarentos, ambiciosos e tirânicos. A maioria deles, na verdade, não sabia para quem trabalhavam para o suprimento de materiais para esta Babel, que, por uma habilidade oculta no mistério da iniquidade, foi criada fora de suas disposições; pois depois que elas foram lavradas e esculpidas, moldadas, formadas e douradas, o papa apareceu na cabeça dela, por assim dizer, com essas palavras em sua boca: “Não é esta a grande babilônia que eu edifiquei para a casa real, com a força do meu poder, e para glória da minha magnificência?” [Daniel 4:30].

Este foi o acontecimento fatal dos homens que invadiram o direito de Cristo, e afirmaram

sua participação na autoridade para criar leis para a igreja. Isso, portanto, é absolutamente negado por nós — ou seja, que quaisquer homens, sob o pretexto ou nome que for, tenha qualquer direito ou autoridade para constituir qualquer nova estrutura ou ordem da igreja, para fazer quaisquer leis de si mesmos para a sua regra ou para o seu governo, de forma que obrigue os discípulos de Cristo por dever de consciência à sua observação. Que não há nada nesta afirmação que deva, nem mesmo minimamente, contestar o poder dos magistrados, com referência às questões civis e políticas, externas à igreja, ou a profissão pública da religião nos seus territórios — nada disso deve ser retirado da justa autoridade dos guias lícitos da igreja, na ordenação, nomeação e quanto ao ordenar a observação de todas as coisas em si mesmas, de acordo com a mente de Cristo, serão posteriormente declarados. Nestas coisas “o Senhor é o nosso Juiz; o Senhor é o nosso legislador; o Senhor é o nosso rei, ele nos salvará” [Isaías 33:22].

É, então, apenas fracamente defendido: “Que, considerando que o magistrado não pode nomear ou ordenar nada na religião do que Deus proibiu, nem há qualquer necessidade que ele nomeie ou ordene o que Deus já determinou e ordenou; se é certo que ele assim não pode, por meio de comando de lei tais coisas na igreja que antes não foram nem ordenadas nem proibidas, mas indiferentes, que são o campo de sua própria competência legislativa eclesiástica, então ele não tem nem poder nem autoridade sobre a religião em absoluto”. Ou seja, se ele não tem esta autoridade e ou poder juntamente com Deus ou Cristo, ele não tem absolutamente nada!

Um dos melhores argumentos que podem ser usados para o poder do magistrado nas questões eclesiásticas é tomado a partir do exemplo aprovado dos bons reis, sob o Antigo Testamento. Mas eles pensavam ser honra suficiente para eles, e seu dever, observar e tomar cuidado para que as coisas que Deus havia designado e ordenado fossem diligentemente observadas por todos aqueles que com elas estavam envolvidos, tanto em relação aos sacerdotes quanto em relação ao povo, para que não fosse destruído o que Deus havia proibido. Pois, eles nunca nomearam qualquer coisa de si mesmos, ou impuseram algo como sendo necessário na Igreja e no seu culto, que Deus assim não tenha feito; e eles nunca avaliaram que isso estivesse em seu poder, ou que pertencesse ao seu dever. Quando eles faziam qualquer coisa dessa natureza, e, assim, fizeram quaisquer adições ao culto exterior as quais Deus não havia antes ordenado, eles o fizeram por revelação imediata de Deus, e assim por autoridade Divina (1 Crônicas 28:19). É registrado como uma marca daqueles que eram ímpios, não apenas que eles ordenavam e faziam “estatutos” para a observação do que Deus havia proibido (Miquéias 6:16), mas também que ordenavam e designavam que Deus não havia ordenado (1 Reis 12:32-33). E será encontrado finalmente ser honra suficiente ao maior potentado debaixo do céu, cuidar do que Cristo determinou que devesse ser observado em Sua igreja e culto, sem reivindicar um poder semelhante ao do Altíssimo,

para criar leis para a igreja e para que sejam observadas as coisas reveladas e inventadas por eles mesmos ou por outros homens.

Da mesma natureza é a outra parte de seu apelo contra essa negação de um poder legislativo nos homens com respeito à constituição do estado de igreja evangélica, ou à ordenação de qualquer coisa para ser observada, a que Cristo não ordenou, pois é dito:

Que se isso for permitido, como toda dignidade, poder e honra dos governadores da igreja, será rejeitado ou desprezado, então todo tipo de confusão e desordem será trazido para a própria igreja; pois como pode ser o contrário, quando todo o poder de legislar, na preservação da dignidade dos governantes e da ordem da igreja é retirado? E, portanto, vemos que foi a sabedoria da Igreja nos séculos anteriores, que todas as principais leis e cânones que eles fizeram, em seus conselhos ou não, foram projetados para a exaltação e para a preservação da dignidade dos governantes da igreja; portanto, lance fora este poder, e você trará toda a confusão para dentro da igreja.

Resposta 1. Em meu julgamento, eles não pensam suficientemente em quem e do que falam, os que argumentam desta maneira; pois a substância do que aqui é sugerido é que se a igreja tem toda sua estrutura, constituição, ordem, regra e o governo de Cristo somente, embora os homens desempenhem fielmente o seu dever em fazer e observar tudo o que Ele ordenou, não haveria nada nela, senão desordem e confusão. Se isso se torna a reverência que devemos ter a Ele, ou é apropriado à fidelidade e sabedoria que é particularmente atribuída a Ele, na constituição e ordenação de Sua igreja, não é difícil determinar, e a verdade será pois demonstrada.

Resposta 2. Quanto à dignidade e honra dos governantes da igreja, o tema de tantas leis eclesiásticas, eles devem, em primeiro lugar, se lembrar do exemplo do próprio Cristo em Seu ministério pessoal aqui na terra: “Bem como o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir, e para dar a sua vida em resgate de muitos” (Mateus 20:28) — E da regra prescrita por Ele para a igreja, versículos 25-27: “Então Jesus, chamando-os para junto de si, disse: Bem sabeis que pelos príncipes dos gentios são estes dominados, e que os grandes exercem autoridade sobre eles. Não será assim entre vós; mas todo aquele que quiser entre vós fazer-se grande seja vosso serviçal; e, qualquer que entre vós quiser ser o primeiro, seja vosso servo” — E da ocasião desta instrução dada aos Seus apóstolos, versículo 24: “E, quando os dez ouviram isto, indignaram-se contra os dois irmãos” — Como também a injunção dada a eles pelo apóstolo Pedro, a quem, em proveito próprio, alguns vinculam uma monarquia sobre toda a Igreja: “Apascentai o rebanho de Deus, que está entre vós, tendo cuidado dele, não por força, mas voluntariamente; nem por torpe ganância, mas de ânimo pronto; nem como tendo domínio sobre a herança de Deus, mas servindo de

exemplo ao rebanho” (1 Pedro 5:2-3) — E as benditas expressões da condição apostólica de Paulo, 1 Coríntios 4:1: “Que os homens nos considerem como ministros de Cristo, e desprezeiros dos mistérios de Deus”. 2 Coríntios 1:24: “Não que tenhamos domínio sobre a vossa fé, mas porque somos cooperadores de vosso gozo”; 2 Coríntios 4:5: “Porque não nos pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus, o Senhor; e nós mesmos somos vossos servos por amor de Jesus”. Isso pode preparar as suas mentes para o gerenciamento correto dessa honra que lhes é apropriada. Pois,

Em segundo lugar, há na e pela constituição de Cristo e Suas leis expressas, uma honra e respeito devidos aos dirigentes da igreja que Ele determinou, cumprindo os deveres que Ele designou. Se os homens não estivessem cansados da simplicidade e humildade apostólicas, se eles tivessem se contentado com a honra e a dignidade vinculadas aos seu ofício e labor pelo próprio Cristo, eles jamais teriam entretido prazerosos sonhos de tronos, preeminências, status de governantes, grandeza e poder seculares, nem enquadrado tantas leis e cânones sobre essas coisas, transformando toda a regra da igreja em um império mundano. Foi para tal, que a partir de todos os papas que já habitaram em Roma, nunca houve qualquer zelo, pretensão ou representado, pela regra e governo da igreja, pelas leis e cânones que ele fizera para esse fim, do que Gregório VII, por isso, se alguma vez houve qualquer anticristo no mundo (como há muitos anticristos), ele foi um deles. Seu orgulho luciferiano; seu pisoteio sobre todos os reis e potentados Cristãos; sua tirania horrível sobre as consciências de todos os Cristãos; seus ditames abomináveis afirmando sua própria soberania como deus; exigindo que todos os seus homens, sob pena de condenação, fossem pecadores sujeitos a Deus e Pedro (ou seja, ele mesmo), do que seus próprios atos e epístolas são preenchidos, e além disto manifestam tanto quem e o que ele era. Até que por fim se chegou a esta questão deste poder de legislar ou fazer cânones, para a honra e dignidade de governantes das igrejas.

Resposta 3. Para que a constituição da Igreja por Jesus Cristo governe e permaneça — que as leis de sua regra, governo e culto, que Ele registrou na Escritura sejam diligentemente observadas por aqueles cujo dever é cuidar delas, tanto para observá-las por si mesmos quanto para ensinar aos outros o modo de agir — e nós sabemos muito bem que não haverá ocasião dada ou deixada para a mínima confusão ou desordem na igreja. Mas se os homens serão perversos, e pelo fato de que eles não podem fazer leis por si mesmos ou manter os estatutos feitos por outros, negligenciarão a devida observação e execução do que Cristo ordenou; ou negarão o que podemos e devemos, na e para a devida observação de Suas leis, para fazer uso da pura luz da natureza e das regras da prudência comum (o uso e exercício de ambas, as quais estão incluídos e intimados nos mandamentos de Cristo, em que Ele exige um cumprimento no caminho da obediência, o que não podemos realizar sem elas) — desconheço algum alívio contra a perpetuidade de nossas diferenças sobre

estas coisas. Mas depois de tanto desprezo e desonra terem sido lançados sobre esse princípio, não é lícito observar qualquer coisa no governo da igreja ou no culto Divino, de forma constante, por força de quaisquer cânones ou leis humanas, que não esteja prescrita nas Escrituras [...].

Admitimos que as regras gerais nos são dadas nas Escrituras para a ordem da igreja e culto devem ser aplicadas a todas as ocasiões e circunstâncias com preceitos Divinos particulares, positivos. Admitimos, também, que os apóstolos, no que eles faziam e representavam na constituição e ordenação das igrejas e sua adoração, fizeram e agiram em nome e pela autoridade de Cristo; como também que não precisavam de nenhum outro meio para comover e obrigar as nossas consciências a estas coisas, mas apenas que a mente e a vontade de Cristo fosse intimada e em tudo conhecidas diante de nós, mas não sob a forma de uma lei dada e promulgada; e com isto, eu suponho, nenhum homem de mente ou princípios sóbrios pode desconcordar. Ou então, dê um exemplo de uma tal deficiência como aquela mencionada nas instituições de Cristo, e toda a diferença nesta questão será retamente estabelecida [...].

A Escritura não somente atribui essa autoridade somente a Cristo, mas ela dá exemplos de Seu uso e exercício da mesma; que compreende tudo que é necessário para a constituição e ordenação de Suas igrejas e do culto delas (1) Ele edifica a Sua própria casa (Hebreus 3:3). (2) Ele constitui os ofícios e oficiais para regerem Suas igrejas (1 Coríntios 7:5; Romanos 12:6-8). (3) Ele concede dons para as administrações da igreja (Efésios 4:8, 11-13; 1 Coríntios 11:12). (4) Ele dá poder e autoridade àqueles que devem ministrar na e regular a igreja, etc., questões as quais devem ser posteriormente faladas.

(3) Quanto a esta constituição da instituição da igreja evangélica, o Escritura atribui, de modo especial, fidelidade ao Senhor Cristo (Hebreus 3:2-6). Este poder está originalmente no próprio Deus; ela pertence a Ele somente, como o grande soberano de todas as Suas criaturas. A Cristo, como mediador, ela Lhe foi dada pelo Pai, e toda ela confiada a Ele [...]. E assim a Sua fidelidade é exercida na revelação de toda a mente de Deus nesta questão, instituindo, nomeando e comandando tudo o que Deus assim teria ordenado, e nada mais. E o que pode qualquer homem fazer, depois que vem o Rei?

A isso é adicionado, na mesma conta, a consideração de Sua sabedoria, Seu amor e cuidado para o bem de Sua igreja; que nEle são inefáveis e inimitáveis. Por todas essas coisas Ele estava capacitado para Seu ofício e obra que estavam reservados para Ele, de modo que Ele possa, em todas as coisas, ter a preeminência. E estes ofício e obras eram fazer a última e única plena, perfeita e completa revelação da mente e da vontade de Deus, quanto ao estado, ordem, fé, obediência e culto da igreja. Não houve perfeição em qualquer uma

dessas coisas, até que Ele tomou essa obra em Sua mão; portanto, justamente pode-se supor que Ele tem assim, perfeitamente indicado e estabelecido todas as coisas relativas as Suas igrejas e seu culto, sendo a última mão Divina que deveria ser colocada neste trabalho, e esta Sua mão (Hebreus 1:2-3), que em tudo é capaz de legislar ou de criar uma constituição para o uso da Igreja em todos os tempos, ou o necessário para os Seus discípulos observarem é revelado, declarado e estabelecido por Ele.

E nesta persuasão permanecerei, até que eu veja melhores frutos e efeitos da interposição da sabedoria e autoridade dos homens, aos mesmos fins que Ele designou, do que ainda tenho sido capaz de observar em qualquer era.

A substância das coisas alegadas pode, para a maior prova de sua verdade, ser reduzida aos seguintes tópicos ou proposições:

Primeiro. Cada igreja estabelecida que possui uma instituição especial própria, dando a ela um aspecto especial, supõe e tem respeito à lei e luz da natureza, exigindo e orientando em geral aquelas coisas que são para a existência, ordem e preservação de tais sociedades como esta é. Deveria haver sociedades onde os homens se unem voluntariamente para o desempenho solene do culto Divino e caminhada conjunta em obediência diante de Deus; que essas sociedades devem usar os meios para a sua própria paz e ordem à medida que a luz da natureza as conduz; que onde muitos têm um interesse comum, eles devem consultar juntamente entre si qual a correta gestão da mesma, com outras coisas de semelhante importância, são ditames evidentes desta luz e lei. Agora, seja a que for que ao estabelecimento da igreja possa ser introduzido por instituição Divina [...]. E estas instituições Divinas em todos os seus ditames evidentes, continuam com o seu poder em e sobre as mentes dos homens, e assim deve ser eternamente. Portanto, as coisas que pertencem a isso não necessitam de nova instituição em qualquer estabelecimento da igreja que seja. Mas, ainda assim,

Em segundo lugar. Tudo o que é exigido pela luz da natureza nessas sociedades como igrejas, como úteis para a sua ordem, e conduzindo-as à sua finalidade, é uma instituição Divina. O Senhor Jesus Cristo, na instituição das igrejas evangélicas, quanto ao seu estado, ordem, regra e culto, não exige de Seus discípulos que em sua observância de Suas nomeações deixem de ser homens, ou renunciem ao uso e exercício de suas habilidades racionais, de acordo com a regra daquele exercício, de acordo com a luz da natureza. Sim, porque as regras e orientações devem, neste caso, ser aplicadas às coisas espirituais e de simples revelação, Ele dá a sabedoria, prudência e entendimento, para que essa aplicação de forma devida, seja feita àqueles a quem a orientação e regulação da igreja estão dedicados. Portanto, como a todas as coisas que a luz da natureza nos dirige, no que diz respeito

à observação dos deveres prescritos por Cristo e à igreja, não precisamos de nenhuma outra instituição, senão aquele uso da sabedoria espiritual especial e prudência que Cristo, o Senhor, dá à Sua igreja para essa finalidade.

Em terceiro lugar. Há na Escritura regras gerais orientando-nos, na aplicação da luz natural, para uma tal determinação sobre todas as circunstâncias, nas ações de governo da igreja e de culto, que são suficientes para o seu desempenho “com decência e ordem” [1 Coríntios 14:40]. Portanto, como foi dito antes, é totalmente vão e inútil exigir instituição expressa de todas as circunstâncias que pertencem ao governo, ordem, regra e culto na igreja, ou para a devida melhoria das coisas em si indiferentes à sua edificação, quando a ocasião exigir; nem elas podem ser de qualquer indicação contrária, apenas enquanto elas se encontram, à luz da natureza e da prudência espiritual, dirigidas por regras gerais das Escrituras.

Essas coisas, sendo premissas, nossa principal afirmação é que somente Cristo é o autor, instituidor e ordenador, em uma forma de autoridade e de legislação, da instituição da igreja evangélica, sua ordem, regra e culto, com todas as coisas constante e perpetuamente pertencentes a ela, ou necessárias para serem nela observadas. O que não for assim provém de homens, e não do céu. Isto é o que temos provado em geral, e será mais particularmente confirmado em nosso progresso. Assim,

6. Não há nenhum uso espiritual, nem benefício de qualquer instituição da igreja, nem de qualquer coisa nela executada, senão o que, da parte dos homens, consiste em atos de obediência à autoridade de Cristo. Se, em qualquer coisa que nós fizermos a partir desta natureza, não conseguirmos responder àquela pergunta que Deus dirige para ser feita neste caso, a saber: “Que culto é este?” (Êxodo 12:26-27), com a seguinte resposta: “Fazemos isso porque Cristo o exigiu de nós”, não O reconhecemos como o Senhor sobre Sua casa, não O ouvimos como Filho. Não existe qualquer ato de poder a ser colocado diante da regra da igreja, senão aqueles a quem isso é comissionado; ou isso é um ato de obediência a Cristo, ou isso é uma mera usurpação. Todo poder da igreja não é nada além de uma faculdade ou capacidade de obedecer aos mandamentos de Cristo de tal forma e maneira que Ele determinou; pois é a Sua constituição que regula a administração de Seu culto solene na igreja, e a norma deste, como em cumprimento às Suas ordens, assim algumas pessoas devem ser separadas e comissionados para este fim, de acordo com Seu apontamento. Esta é toda a Sua autoridade, tudo o que eles têm como ordem ou jurisdição, ou por quaisquer outros meios pelo qual eles têm o prazer de expressá-la. E onde há outra administração evangélica, qualquer ato de regra ou governo da igreja, quando pessoas realizam algo e não dão uma evidência de que elas fazem isso em obediência a Cristo, são nulas toda e qualquer obrigação sobre as consciências dos Seus discípulos. A negligência disso no mun-

do — em que muitos, no exercício da disciplina eclesiástica ou quaisquer atos que pertencem à regra dela, em nada pensam senão em seus próprios ofícios, pelo que tais poderes são anexados, por leis humanas e cânones, como para capacitá-los a agir em seu próprio nome, sem almejar a obediência a Cristo em tudo o que fazem, ou para fazer assim uma justa representação de Sua autoridade, sabedoria e amor — é desastroso para a ordem e norma da igreja.

7. Não há poder legislativo em e sobre a igreja, quanto à sua forma, ordem e culto, deixada a qualquer dos filhos dos homens, sob qualquer qualificação que seja; pois:

(1) Não há nenhum deles que tem participação em tais direitos, qualificações e dons, que são necessários a uma investidura ao poder de legislar; o qual foi dado e concedido ao próprio Cristo até o fim, de forma que Ele é o legislador da igreja [...]. Tem eles, qualquer um deles, um direito e um título a dispor das pessoas dos crentes da forma que quiserem, quanto aos seus interesses espirituais e eternos? Será que eles têm autoridade soberana sobre todas as coisas, para mudar a sua natureza moral, para dar-lhes novos usos e significados, para fazer necessárias as coisas que em si são indiferentes, e ordenar todas essas coisas por autoridade soberana em leis que obriguem as consciências dos homens? E assim por diante pode ser dito de Suas qualificações pessoais, de fidelidade, sabedoria, amor e cuidados, que são atribuídos a Ele para dar leis às Suas igrejas, sendo Ele o Senhor de Sua própria casa.

(2) O pretense advento deste poder legislativo, sob o melhor pretexto que possa ser dado a ele — ou seja, em conselhos ou grandes assembleias de bispos e prelados — suficientemente demonstra o quão perigosa coisa é para qualquer homem estar comprometido com isso; pois isso emitido longamente em tal constituição de igrejas, e tais leis para o governo delas, como exaltando o direito canônico no lugar da Escritura, e assim extremamente destruindo a verdadeira natureza da Igreja de Cristo, e de toda a disciplina requerida nela.

(3) Tal pretensão é depreciativa para a glória de Cristo, especialmente quanto à Sua fidelidade em e sobre a casa de Deus, onde Ele é comparado a e preferido acima de Moisés em Hebreus 3:3-6. Agora, a fidelidade de Moisés consistia no fato de que ele fazia e nomeava todas as coisas de acordo com o padrão mostrado a ele no monte; ou seja, tudo o que era a vontade de Deus revelada e nomeada para a constituição, ordem, regra e culto de Sua igreja, e nada mais. Mas foi a vontade de Deus que deveria haver todas essas coisas na constituição da igreja evangélica também, ou se não, por que os homens contendem sobre elas? E se esta fosse a vontade de Deus, se elas não foram todas reveladas, nomeadas, prescritas, legalizadas por Cristo, onde está a Sua fidelidade em resposta à de Moisés?

Mas nenhum exemplo pode ser dado de qualquer defeito em Suas instituições, que precise de qualquer suplemento a ser feito pelo melhor dos homens, quanto à finalidade de até constituir uma instituição de igreja, com ordem, regra, e com ritos de culto em particular.

(4) Quão depreciativo isso é para glória da Escritura, quanto à sua perfeição, será em outro lugar declarado.

8. Não há mais necessidade de dar autoridade, obrigando as consciências de todos os que creem, a qualquer instituição, ou a observação de dever, ou de atos de governo na igreja, senão apenas àquele que é evidenciado nas Escrituras ser da mente e da vontade de Cristo. Não é necessário que todas as coisas desta natureza sejam dadas a nós em forma de lei ou ordem precisa, em palavras expressas. É a mente e a vontade de Cristo que afeta imediatamente a consciência dos fiéis à obediência, pela forma ou meios, que o conhecimento delas é comunicado a eles na Escritura, quer por palavras expressas, ou apenas consequência do que é assim expresso. Portanto,

9. O exemplo e a prática dos apóstolos na plantação de igrejas, na nomeação de oficiais e dirigentes nelas, em instruções dadas para o seu caminhar, ordem, administração de censuras, e todas as outras questões sagradas, são uma indicação suficiente da mente e vontade de Cristo a respeito destas coisas. Nós não dizemos que em si mesmas elas são instituições e compromissos, mas infalivelmente declaram o que é assim, ou qual é o pensamento de Cristo em relação a estas coisas. Nem pode isso ser questionado sem uma negação de sua infalibilidade, fidelidade e autoridade Divina.

10. A afirmação de alguns, que os apóstolos tomaram seu padrão para instituição e regra das igrejas, e quanto aos diversos ritos de culto, a partir das sinagogas dos judeus, de suas instituições, ordens e regras, não aquelas designadas por Moisés, mas, como se eles mesmos tivessem descoberto e ordenado, é tanto temerária quanto falsa. Na busca de tais conjecturas ousadas, alguém recentemente afirmou que Moisés tomou a maior parte de suas leis e cerimônias dos Egípcios, que é muito mais provável que muitos deles foram dados com o propósito para afastar as pessoas, por proibições, de qualquer complacência com os egípcios, ou qualquer outra nação; de quem Maimonides, em seu “Moré Nevochim”, dá-nos exemplos diversos.

Esta afirmação, eu digo, é precipitada e falsa; pois,

(1) Quanto às instâncias dadas pela sua confirmação, quem deverá assegurar-nos que elas estavam em uso e prática, nessa ocasião, nas sinagogas, quando os apóstolos davam regras às igrejas do Novo Testamento? Não temos nenhum registro delas, nem uma palavra em todo o mundo, do que foi o seu caminho e prática, senão o que é, pelo menos, 250 anos anterior e posterior aos escritos do Novo Testamento; e no primeiro de seus escritos, como deles se seguem, temos inúmeras coisas declaradas terem sido as tradições e práticas dos seus antepassados desde os dias de Moisés, que sabemos ser totalmente falsas. Naquele momento em que eles se comprometeram a compor uma nova religião fora de suas tradições fingidas, em parte pela revolta de muitos apóstatas do Cristianismo contra eles, especialmente os Ebionitas e Nazarenos, e em parte por seu próprio estudo e observação, vieram ao conhecimento das diversas coisas nas igrejas evangélicas, sua ordem e culto, que eles as conduziram por si mesmos. Exemplos inegáveis podem ser dados disso.

(2) Nisso não existe uma verdadeira coincidência entre o que foi ordenado pelos apóstolos e que era praticado pelos judeus, isso em coisas que a luz da natureza e as regras gerais da Escritura direcionam. E é desonroso aos apóstolos e ao Espírito de Cristo neles, pensar ou dizer que em tais coisas eles tomaram o seu padrão a partir dos judeus, ou tenham feito deles o seu exemplo. Certamente os apóstolos não tiveram o modelo e exemplo para a instituição da excomunhão a partir dos druidas, entre os quais havia algumas coisas que se assemelham bastante a isso, até agora, uma vez que isso tem o seu fundamento na luz da criação.

Sola Scriptura!
Sola Gratia!
Sola Fide!
Solus Christus!
Soli Deo Gloria!

OUTRAS LEITURAS QUE RECOMENDAMOS

Baixe estes e outros e-books gratuitamente no site oEstandarteDeCristo.com.

- 10 Sermões — R. M. M'Cheyne
- Adoração — A. W. Pink
- Agonia de Cristo — J. Edwards
- Batismo, O — John Gill
- Batismo de Crentes por Imersão, Um Distintivo Neotestamentário e Batista — William R. Downing
- Bênçãos do Pacto — C. H. Spurgeon
- Biografia de A. W. Pink, Uma — Erroll Hulse
- Carta de George Whitefield a John Wesley Sobre a Doutrina da Eleição
- Cessacionismo, Provando que os Dons Carismáticos Cessaram — Peter Masters
- Como Saber se Sou um Eleito? ou A Percepção da Eleição — A. W. Pink
- Como Ser uma Mulher de Deus? — Paul Washer
- Como Toda a Doutrina da Predestinação é corrompida pelos Arminianos — J. Owen
- Confissão de Fé Batista de 1689
- Conversão — John Gill
- Cristo É Tudo Em Todos — Jeremiah Burroughs
- Cristo, Totalmente Desejável — John Flavel
- Defesa do Calvinismo, Uma — C. H. Spurgeon
- Deus Salva Quem Ele Quer! — J. Edwards
- Discipulado no Tempo dos Puritanos, O — W. Bevins
- Doutrina da Eleição, A — A. W. Pink
- Eleição & Vocação — R. M. M'Cheyne
- Eleição Particular — C. H. Spurgeon
- Especial Origem da Instituição da Igreja Evangélica, A — J. Owen
- Evangelismo Moderno — A. W. Pink
- Excelência de Cristo, A — J. Edwards
- Gloriosa Predestinação, A — C. H. Spurgeon
- Guia Para a Oração Fervorosa, Um — A. W. Pink
- Igrejas do Novo Testamento — A. W. Pink
- In Memoriam, a Canção dos Suspiros — Susannah Spurgeon
- Incomparável Excelência e Santidade de Deus, A — Jeremiah Burroughs
- Infinita Sabedoria de Deus Demonstrada na Salvação dos Pecadores, A — A. W. Pink
- Jesus! — C. H. Spurgeon
- Justificação, Propiciação e Declaração — C. H. Spurgeon
- Livre Graça, A — C. H. Spurgeon
- Marcas de Uma Verdadeira Conversão — G. Whitefield
- Mito do Livre-Arbítrio, O — Walter J. Chantry
- Natureza da Igreja Evangélica, A — John Gill
- Natureza e a Necessidade da Nova Criatura, Sobre a — John Flavel
- Necessário Vos é Nascer de Novo — Thomas Boston
- Necessidade de Decidir-se Pela Verdade, A — C. H. Spurgeon
- Objeções à Soberania de Deus Respondidas — A. W. Pink
- Oração — Thomas Watson
- Pacto da Graça, O — Mike Renihan
- Paixão de Cristo, A — Thomas Adams
- Pecadores nas Mãos de Um Deus Irado — J. Edwards
- Pecaminosidade do Homem em Seu Estado Natural — Thomas Boston
- Plenitude do Mediador, A — John Gill
- Porção do Ímpios, A — J. Edwards
- Pregação Chocante — Paul Washer
- Prerrogativa Real, A — C. H. Spurgeon
- Queda, a Depravação Total do Homem em seu Estado Natural..., A, Edição Comemorativa de Nº 200
- Quem Deve Ser Batizado? — C. H. Spurgeon
- Quem São Os Eleitos? — C. H. Spurgeon
- Reformação Pessoal & na Oração Secreta — R. M. M'Cheyne
- Regeneração ou Decisionismo? — Paul Washer
- Salvação Pertence Ao Senhor, A — C. H. Spurgeon
- Sangue, O — C. H. Spurgeon
- Semper Idem — Thomas Adams
- Sermões de Páscoa — Adams, Pink, Spurgeon, Gill, Owen e Charnock
- Sermões Graciosos (15 Sermões sobre a Graça de Deus) — C. H. Spurgeon
- Soberania da Deus na Salvação dos Homens, A — J. Edwards
- Sobre a Nossa Conversão a Deus e Como Essa Doutrina é Totalmente Corrompida Pelos Arminianos — J. Owen
- Somente as Igrejas Congregacionais se Adequam aos Propósitos de Cristo na Instituição de Sua Igreja — J. Owen
- Supremacia e o Poder de Deus, A — A. W. Pink
- Teologia Pactual e Dispensacionalismo — William R. Downing
- Tratado Sobre a Oração, Um — John Bunyan
- Tratado Sobre o Amor de Deus, Um — Bernardo de Claraval
- Um Cordão de Pérolas Soltas, Uma Jornada Teológica no Batismo de Crentes — Fred Malone



2 Coríntios 4

¹ Por isso, tendo este ministério, segundo a misericórdia que nos foi feita, não desfalecemos;

² Antes, rejeitamos as coisas que por vergonha se ocultam, não andando com astúcia nem falsificando a palavra de Deus; e assim nos recomendamos à consciência de todo o homem, na presença de Deus, pela manifestação da verdade. ³ Mas, se ainda o nosso evangelho está encoberto, para os que se perdem está encoberto. ⁴ Nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, que é a imagem de Deus. ⁵ Porque não nos pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus, o Senhor; e nós mesmos somos vossos servos por amor de Jesus.

⁶ Porque Deus, que disse que das trevas resplandecesse a luz, é quem resplandeceu em nossos corações, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Jesus Cristo. ⁷ Temos, porém, este tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus, e não de nós.

⁸ Em tudo somos atribulados, mas não angustiados; perplexos, mas não desanimados.

⁹ Perseguidos, mas não desamparados; abatidos, mas não destruídos; ¹⁰ Trazendo sempre por toda a parte a mortificação do Senhor Jesus no nosso corpo, para que a vida de Jesus se manifeste também nos nossos corpos; ¹¹ E assim nós, que vivemos, estamos sempre entregues à morte por amor de Jesus, para que a vida de Jesus se manifeste também na nossa carne mortal. ¹² De maneira que em nós opera a morte, mas em vós a vida. ¹³ E temos portanto o mesmo espírito de fé, como está escrito: Cri, por isso falei; nós cremos também,

por isso também falamos. ¹⁴ Sabendo que o que ressuscitou o Senhor Jesus nos ressuscitará também por Jesus, e nos apresentará convosco. ¹⁵ Porque tudo isto é por amor de vós, para que a graça, multiplicada por meio de muitos, faça abundar a ação de graças para glória de Deus.

¹⁶ Por isso não desfalecemos; mas, ainda que o nosso homem exterior se corrompa, o interior, contudo, se renova de dia em dia. ¹⁷ Porque a nossa leve e momentânea tribulação produz para nós um peso eterno de glória mui excelente; ¹⁸ Não atentando nós nas coisas que se veem, mas nas que se não veem; porque as que se veem são temporais, e as que se não veem são eternas.